

“ATA DA 07ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2025, na Sala das Sessões Waldomiro E. Santamaria, situada na Avenida Sete de Setembro, nº 664, na cidade de Pirangi, São Paulo, reuniu-se esta Câmara Municipal sob a Presidência do Vereador Gabriel Rissi Vieira, secretariado pelo Vereador Eduardo Bernardes, para a realização da 07ª Sessão Ordinária do exercício de 2025. Em seguida convidou os Senhores Vereadores a permanecerem por um minuto de pé, em Prol a Paz Mundial e logo após convidou o Vereador Eduardo Bernardes, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, conforme Resolução nº 01/1978, de 11 de maio de 1978. Encontravam-se presente os seguintes vereadores: ALDECIR RODRIGUES LIMA, ALESSANDRO JUNIOR PANTALIÃO, CÉLIA MARIA CIARLO BOTACIN, EDUARDO BERNARDES, ELIANE TAXIOTTI, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, ROQUE DONIZETI CÂMARA e este Presidente GABRIEL RISSI VIEIRA. Portanto, havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente deu início ao Expediente, solicitou ao senhor secretário, para que procedesse a leitura da seguinte ata: Ata da 06ª Sessão Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2025. Fez o uso da palavra a Vereadora Eliane, que solicitou a dispensa da leitura da referida Ata, pois os vereadores possuíam cópia da mesma em seus computadores; portanto estava em discussão o pedido verbal da Vereadora Eliane, aprovado por unanimidade. Seguindo, o Presidente colocou em discussão a Ata da 06ª Sessão Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2025. Colocou em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida informou ao Senhor Secretário que procedesse a leitura do expediente. Fez uso da palavra a Vereadora Eliane, que solicitou a dispensa da leitura dos Projetos de Lei Complementar nºs 10 e 11, Projetos de Lei nºs 10,11,12 e 13/2025 e Projetos de Lei Complementar Legislativo nºs 02 e 03/2025, pois já foram lidos em sessões anteriores. Estava em discussão o pedido Verbal da Vereadora Eliane, em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias. Foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente solicitou que o 1º Secretário procedesse a leitura do restante das matérias. Terminada a leitura das matérias, o presidente comunicou única discussão e votação para os Requerimentos nº 31 e 32/2025; colocou em única discussão e votação o Requerimento nº 31/2025, de autoria do Vereador Alessandro; estava em discussão e em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias. Aprovado por unanimidade. Seguindo o presidente colocou em única discussão e votação o Requerimento nº 32/2025, de autoria da Vereadora Célia; estava em discussão, após, em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o presidente solicitou que o primeiro secretário informasse as correspondências recebidas. Após, o Presidente comunicou que: O Projeto de Lei Complementar nº 12/2025, os Projetos de Lei nºs 14 e 15/2025, lidos na sessão, seriam encaminhados para as comissões permanentes para emissão de seus respectivos pareceres; Os Projeto de Lei Complementar nºs 10 e 11/2025, e os Projetos de Lei complementar Legislativo nºs 02 e 03/2025, seriam apreciados em PRIMEIRA discussão e votação na Ordem do Dia; Os Projetos de Lei nºs 10, 11, 12 e 13/2025, seriam apreciados em ÚNICA discussão e votação na Ordem do Dia; Os Requerimentos nºs 31 e 32/2025, aprovados na sessão, seriam encaminhados ao Senhor Prefeito Municipal para que fossem tomadas as devidas providências. Terminada a apresentação do expediente, o presidente deixou a palavra livre. Fez o uso da palavra o Vereador João que requereu verbalmente à Mesa nos termos Regimentais, após ouvido o Douto Plenário, ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Vanderlei Robson de Oliveira, que juntamente com o departamento responsável, providenciasse vistoria da Rodoviária Municipal, pois, existiam relatos que munícipes estão utilizando o local para prática de esportes com skate e patins, e estão marcando todo o piso e danificando paredes. Requereu que seja vistoriado o local e responsabilizado os autores dos danos ao patrimônio público. O senhor Presidente colocou em discussão o requerimento verbal, após, colocou em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A palavra continuava livre. Seguindo, fez o uso da palavra novamente o Vereador Luiz Carlos de Moraes Júnior, que solicitou que não fosse suspensa a sessão por 10 minutos em respeito aos internautas. Portanto estava em discussão o pedido do

“ATA DA 07ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

vereador, aprovado por unanimidade. Como nenhum vereador fez mais o uso da palavra deu por encerrada o expediente e deu início à ordem do dia. “DA ORDEM DO DIA”. Solicitou ao 1º Secretário fizesse a verificação do quórum da ordem do dia: Vereadores presentes na sessão: ALDECIR RODRIGUES LIMA, ALESSANDRO JUNIOR PANTALIÃO, CÉLIA MARIA CIARLO BOTACIN, EDUARDO BERNARDES, ELIANE TAXIOTTI, GABRIEL RISSI VIEIRA, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR e ROQUE DONIZETI CÂMARA. Após a verificação do quórum, e havendo número legal, deu início a “ORDEM DO DIA” da 07ª Sessão Ordinária do dia 13 de maio de 2025. O Senhor Presidente comunicou que constava para a Ordem do Dia: PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Projeto de Lei Complementar nºs 10 e 11/2025; Projetos de Lei complementar Legislativo nºs 02 e 03/2025; ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Projetos de Lei nºs 10, 11, 12 e 13/2025. O Presidente solicitou que o senhor Secretário procedesse a leitura das matérias. Fez uso da palavra o Vereador Alessandro J. Pantalião, que solicitou a dispensa da leitura das matérias da pauta da ordem do dia, pois já havia sido lida em sessões anteriores. O presidente colocou em discussão o pedido Verbal do Vereador Alessandro. Após colocou em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias. Foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o Presidente colocou em PRIMEIRA discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 10/2025. (Institui a contribuição de iluminação pública) O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei. Fez uso da palavra o vereador Alessandro que cumprimentou a todos e declarou seu voto contrário ao projeto, e declarou que a população não poderia pagar pelo erro de administrações públicas. Fez uso da palavra a Vereadora Eliane que cumprimentou a todos e declarou seu voto contrário ao projeto e afirmou pensar nos munícipes de baixa renda que não conseguem pagar as despesas mensais. Seguindo, fez uso da palavra a Vereadora Célia que cumprimentou os presentes e declarou seu voto contrário a proposição, informou que a população não deveria pagar esse preço, e que o legislativo e o executivo deveriam se unir para encontrar soluções para não lesar a população. Fez uso da palavra o Vereador João que cumprimentou a todos e declarou que em 2014 este projeto já havia sido apresentado, tendo sido feito várias reuniões com o prefeito Brás de Sarro, e com o representante regional da CPFL que foi questionado. Afirmou que a prefeitura não tem que arcar com esse compromisso financeiro e sim a CPFL deveria arcar com a manutenção da iluminação pública. Afirmou que seria necessário a união de legislativo e executivo para achar soluções ao problema. Sendo necessário realizar reuniões com pessoas capacitadas no assunto, junto aos poderes para mudança de projeto, afirmou que o projeto foi apresentado sem sequer ser informado ou discutido com os vereadores, e declarou seu voto contrário a matéria. Fez uso da palavra o Vereador Eduardo e declarou seu voto contrário, e afirmou que deveria ser procurada outras soluções para custear essa despesa, e que a população não pague o preço por erros de gestões anteriores. Fez uso da palavra o Vereador Donizete que afirmou que este problema vem de gestão anterior e registrou a necessidade de reunião com o executivo para buscar soluções. Seguindo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos que cumprimentou a todos e declarou que houve uma reunião na semana anterior com o senhor prefeito e os vereadores que foi esclarecido alguns pontos. Afirmou que em 2014, o senhor Jorge da CPFL esteve na câmara em reuniões e não foi aceita a taxa de iluminação no município. Já em 2017 o ex-prefeito Luizinho por via judicial conseguiu êxito para prefeitura, com mandado de segurança fazendo a CPFL arcar com a iluminação pública. Afirmou que no ano de 2024 a então prefeita, realizou a troca de parte da iluminação pública por lâmpadas de led, e para isso foi pedido autorização para a companhia, que aceitou a troca, entregando a responsabilidade da manutenção da iluminação pública ao município. Assim, este ano a gestão atual recebeu um comunicado do TCE, notificando a prefeitura para que informasse de onde tiraria verba para custear a despesa, ou que tomasse as providências necessárias, razão pela qual foi elaborado o projeto de lei. Afirmou que infelizmente, devido a situação do país, e a pressão sofrida sobre o executivo, o Prefeito municipal terá que encontrar outra solução para cobrir tal despesa. Afirmou que precisava ser esclarecido que se o projeto for aprovado, as pessoas incluídas no CAD Único não teriam despesas sobre a conta de

energia. Concluiu com seu voto contrário ao projeto. Seguindo fez uso da palavra o Vereador Aldecir que cumprimentou a todos e afirmou que foram acontecimentos rápidos, que havia recebido muitas ligações de munícipes sobre o projeto, afirmou que os vereadores e prefeito devem se unir e buscar soluções. Afirmou ser difícil para a população arcar com esse custo. Declarou seu voto contrário ao projeto. Por fim, fez uso da palavra o Vereador Gabriel que cumprimentou a todos e declarou a importância da participação popular e presença nas sessões da câmara. Declarou que o resultado da votação, talvez teria sido graças a pressão popular, através de redes sociais e presença em sessão, afirmou que online tinha mais de 140 pessoas no youtube. Declarou que no passado a CPFL que era responsável pela manutenção da iluminação pública. Afirmou que desde 2014 a companhia vem tentando passar ao município esta obrigação, tendo o executivo conseguido liminar em 2017 e que no ano de 2024 a prefeitura assumiu a responsabilidade pelos ativos, sendo então obrigada a custear a iluminação pública da cidade. Informou que o projeto foi apresentado pois o município precisa de receita para uma despesa criada. Declarou seu posicionamento contrário ao projeto desde quando foi protocolado na câmara municipal, apesar de não votar por ser presidente. Afirmou que não transfere o ônus de um erro da administração pública para a população, sendo que o que aconteceu foi um erro de gestão. Afirmou que os preços estão altos e o salário-mínimo está baixo e afirmou que todos pagam muitos impostos, taxas e contribuições. Afirmou que o projeto seria rejeitado e que a prefeitura teria que arcar com a despesa e fazer da melhor forma possível. Registrou que a prefeitura execute de forma correta o serviço de iluminação pública atendendo a demanda da população. Registrou por fim seu voto contrário ao projeto de lei. O Presidente declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de primeiro turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido rejeitado por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente colocou em PRIMEIRA discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 11/2025. Institui e regulamenta incentivos para construções sustentáveis por meio do IPTU ecológico) O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de primeiro turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Seguindo o Senhor Presidente colocou em PRIMEIRA discussão e votação o Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 02/2025, de autoria dos Vereadores Gabriel, Alessandro e Eduardo. (incentivo ao plantio de árvores, desconto no IPTU). O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de primeiro turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Seguindo o Senhor Presidente colocou em PRIMEIRA discussão e votação o Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 03/2025, de autoria da mesa diretora. (institui atribuições ao cargo de controlador interno). O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de primeiro turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Seguindo o Senhor Presidente colocou em ÚNICA discussão e votação o Projeto de Lei nº 10/2025, (Abertura de crédito para o setor de saúde municipal no valor de R\$ 9.966.268,11). O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente

colocou em ÚNICA discussão e votação o Projeto de Lei nº 11/2025, (cria e regulamenta o conselho municipal de proteção e defesa civil). O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em ÚNICA discussão e votação o Projeto de Lei nº 12/2025, (abertura de crédito para o setor de saúde no valor de R\$ 25.000,00- exames de imagem) O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente colocou em ÚNICA discussão e votação o Projeto de Lei nº 13/2025, (criação do conselho municipal de educação) O presidente informou que estava em discussão o Projeto de Lei, como ninguém fez uso da palavra, declarou encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, e informou que o quórum para a proposição era de maioria absoluta. Terminada a fase de votação, o presidente declarou que o Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o presidente informou que a palavra estava livre para a fase de explicação pessoal. Fez uso da palavra a Vereadora Eliane que cumprimentou todas as mães pelo seu dia comemorado no último domingo, deixou suas orações pelas mães que tem filhos em prisões e que perderam seus filhos. Registrou seu pesar a família Pupim que perderam o jovem Renan. Seguindo fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos que cumprimentou a família do amigo Sinval, e fez explicações sobre a reunião realizada na semana anterior com o senhor prefeito que havia sido uma reunião muito produtiva que esclareceu vários pontos da administração pública, afirmou que a prefeitura tem grande carga de dívidas de gestão anterior. Fez uma explicação detalhada sobre a dívida do INSS sobre os valores em aberto, explicando os valores de gestões dos ex-prefeitos Brás, Luizinho e Bila. Prosseguindo, o Vereador João Albani Neto que solicitou ao Presidente encaminhamento de ofício ao Prefeito Municipal para que fosse contratado um radiologista para plantão no pronto socorro, voltando os serviços de raio-x para 24 horas. Como ninguém fez uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente informou que a próxima sessão ordinária seria no dia 27 de maio de 2025 e deu por encerrada a 07ª Sessão Ordinária do dia 13 de maio de 2025. Sala das sessões WALDOMIRO ERNESTO SANTAMARIA, aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2025.

GABRIEL RISSI VIEIRA
Presidente

EDUARDO BERNARDES
1º Secretário